



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Leste de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MINE INVEST BRAZIL LTDA
CNPJ/CPF : 03.977.148/0002-50
Empreendimento : MINE INVEST BRAZIL LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Fazenda Faz Santa Rosa número/km S/N
Bairro Zona rural CEP 39695-000 Franciscópolis - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Franciscópolis (LAT) -17.9747, (LONG) -41.8284
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAT
Processo Administrativo Licenciamento : 2056/2024

Motivo da decisão:

Sugere -se o arquivamento da solicitação de licença ambiental devido a insuficiência de informações no RCA/PCA , bem como na apresentação das informações complementares, dificultando o trabalho da equipe interdisciplinar da URA-LM e não contribuindo para tornar a continuidade da análise do processo de licenciamento ambiental do empreendimento MINE INVESTBRAZIL LTDA de forma assertiva/conclusiva.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 04/07/2025.

Documento assinado eletronicamente por LIRRIET DE FREITAS LIBORIO OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 04/07/2025 08:30 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.